



ACÓRDÃO Nº 317/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE - AM nº 10136/2013.

Aposos: Processo nº 10144/2012, 10241/2013, 10054/2013 e 10091/2012.

2- Assunto: Embargos de Declaração.

3- Embargante: Sra. Sansuray Pereira Xavier, Prefeita Municipal de Anori, à época

4- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador de Contas.

5- Relator: Auditor Mário José de Moraes Costa Filho.

EMENTA: Embargos de Declaração.

Conhecimento. Não Provimento. Notificação.

6- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art.11, III, alínea “f”, item 1, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em consonância** com pronunciamento oral do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

6.1. Conhecer o presente Recurso de Embargos de Declaração interposto pela **Sra. Sansuray Pereira Xavier** em face do Acórdão n. 69/2016 - TCE - TRIBUNAL PLENO;

6.2. Negar Provimento ao presente Recurso de Embargos de Declaração interposto pela **Sra. Sansuray Pereira Xavier** tendo em vista os fundamentos expostos na Proposta de Voto, precipuamente no que se refere à ausência de omissão alegada pela Recorrente e pela inadmissibilidade de rediscussão de matéria de mérito em sede de Embargos de Declaração, mantendo, portanto, na íntegra o Acórdão n. 69/2016 - TCE - TRIBUNAL PLENO;

6.3. Notificar a **Sra. Sansuray Pereira Xavier**, juntamente com seus advogados devidamente constituídos nos autos, acerca do desfecho atribuído a estes autos.

7- Ata: 9ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

8- Data da Sessão: 4 de Abril de 2017.



ACÓRDÃO Nº 317/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

9- Especificação do quorum: Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Julio Cabral, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello e Alípio Reis Firmo Filho (Convocado).

9.1. Auditor presente e Relator: Mário José de Moraes Costa Filho.

10- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro-Presidente

MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO
Auditor-Relator

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA
Procurador-Geral